



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

## PLANO DE ENSINO

<b>I – IDENTIFICAÇÃO</b>	
<b>Curso:</b>	Bacharelado em Administração
<b>Disciplina:</b>	Direito Administrativo

<b>Ano Letivo:</b>	2017
<b>Semestre:</b>	9º Semestre
<b>Turno:</b>	Noturno
<b>Turma</b>	Turma-01 e 02-ADM/2014/1
<b>Carga Horária:</b>	75h
<b>Nome do Professor:</b>	Prof . MSc. Erick Franck Nogueira da Paixão

<b>II – EMENTA</b>
Estudo da função administrativa do Estado. O Direito Administrativo como instrumento da administração pública. Princípios da Administração. Entidades administrativas. Serviço público e sua delegação. Os atos administrativos em relação à eficácia, e exequibilidade. Processo licitatório, e as expectativas futuras, contratos administrativos e o Poder de Polícia junto as relações sociais.

<b>III – OBJETIVOS DA DISCIPLINA</b>
Propiciar a formação de base teórica e a reflexão das noções iniciais e fundamentais do Direito Administrativo contemporâneo, conjuntamente com a polêmica provocada pela dinamicidade dos institutos, em especial pelas alterações da Administração Pública e pela globalização, e acompanhada da adequada e indissociável crítica que estão a merecer.

## IV – METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia da disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas, com debates interdisciplinares, oportunizando outras visões críticas nas searas do direito administrativo. Serão oportunizadas aulas práticas das análises das principais reformas do Estado. A atividade pratica passa a ser uma experiência importante na formação intelectual do aluno, e que o mesmo perceba a responsabilidade dos servidores na condução e gestão da política e dos serviços públicos.

## V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### Conteúdo

Apresentação do plano de ensino (conteúdos, metodologia e sistema de avaliação);

#### **Unidade: 1. Objeto e conceito do Direito Administrativo**

1. Objetivo da disciplina, método e bibliografia.
- 1.2 Noções de direito administrativo.
- 1.3 Situação dentro do direito objetivo.
- 1.4 Origem, evolução histórica e conceito de Direito administrativo.
- 1.5 Autonomia, objeto e princípios constitucionais do direito administrativo.
- 1.6 Poderes administrativos.
- 1.7 Interpretação do direito administrativo.
- 1.8 Relações com outros ramos do direito.
- 1.9 Fontes do direito administrativo.
- 1.10 Relações jurídicas do direito administrativo.
- 1.11 Relação de administração.
- 1.12 Relação de direitos subjetivos públicos.

#### **Unidade: 2. Administração pública**

- 2.1 Estado, governo e administração pública.
- 2.2 Função administrativa do estado.
- 2.3 Organização administrativa brasileira.
  - 2.3.1 Órgãos e competências públicas.
  - 2.3.2 Descentralização e desconcentração.
- 2.4 Estrutura administrativa da administração direta e indireta: autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista.
- 2.5 Entes de cooperação com o poder público: organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público, sistema S.
- 2.6 Autotutela e tutela administrativa – hierarquia e competência.
- 2.7 A competência na ordem hierárquica: conceito, critérios para fixação, limites legais e infrações

#### **Unidade: 3. Regime Jurídico Administrativo**

3.1. Conceito e noção de interesse público. Interesse público primário e secundário.

3.2. Prerrogativas da Administração Pública. Poder de Polícia. Poder Hierárquico.

Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Uso e abuso do Poder.

3.3. Princípios constitucionais da Administração Pública.

#### **Unidade: 4. Atos Administrativos**

4.1. Fatos e atos da Administração Pública. Ato administrativo. Conceito e requisitos. Atributos.

4.2. Perfeição, validade, eficácia.

4.3. Classificação dos atos administrativos. Vinculação e discricionariedade. O mérito do ato administrativo.

4.4. Extinção dos atos administrativos. Modalidades.

4.5. Revogação e Anulação. Vícios do ato administrativo: ato nulo e anulável. Convalidação. Teoria dos motivos determinantes.

#### **Unidade: 5. Agentes Públicos**

5.1. Agentes públicos e sua classificação. Cargo, emprego e função.

5.2. Regime Jurídico Constitucional dos Servidores Públicos. Regime Jurídico do Servidor Público. Abrangência das Normas Constitucionais.

5.3. Acessibilidade aos cargos públicos. Investidura em cargos e empregos públicos. Investidura originária. Investidura derivada. Nomeação. Posse.

5.4. Regime Jurídico Único. Evolução Funcional. Remuneração. Acumulação. Estabilidade. Disponibilidade. Aposentadoria. Responsabilidade do Servidor. Sindicalização e Greve.

#### **Unidade: 6. Processo e Procedimento Administrativo**

6.1. Processo e procedimento administrativo: distinção. Modalidades. Processo administrativo disciplinar.

6.2. Princípios constitucionais do processo administrativo. Princípios da Lei Federal n. 9.784/99.

6.3. Instauração. Instrução. Decisão. Invalidades. Recursos administrativos.

#### **Unidade: 7. Serviços Públicos**

7.1. Serviço público: conceito, caracteres, classificações e garantias.

7.2. Regime jurídico e princípios aplicáveis.

7.3. Concessões e permissões de serviço público. Natureza jurídica. Extinção da concessão e da permissão de serviço público.

#### **Unidade: 8. Licitação.**

8.1 conceito e finalidades.

8.2 Competência para legislar.

8.3 Sujeitos á licitação.

8.4 Princípios.

8.5 Contratação direta – dispensa e inexigibilidade.

8.6 Registros de preços.

8.7 Registros cadastrais.

8.8 Modalidades.

- 8.9 Algumas licitações, entre elas a RDC.
- 8.10 Comissões de licitação.
- 8.11 Procedimento.
- 8.12 Recursos.

#### **VI - AVALIAÇÃO**

Debates, pesquisas e trabalhos em sala de aula; apresentação de seminário temático; provas dissertativas.

Nota 1- Prova: 7,0 + Atividade Complementar: 3,0

Nota 2 - Prova: 10

Nota 3 - Prova : 10

$$NF = \frac{N1 + N2 + N3}{3}$$

A Nota Final (NF) é o resultado da média aritmética da Nota 1, Nota 2 e Nota 3. Para o aluno ser aprovado é necessário, além da frequência mínima de 75% do total das aulas ministradas, obter o mínimo da nota 5,0 (cinco) no resultado final da disciplina

#### **VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BORGES, Cyonil; SÁ, Adriel. Direito Administrativo Facilitado. São Paulo: Elsevier/ Método, 2015;

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015;

MARINELA, Fernando. Direito Administrativo. 10ª ed. São Paulo. Saraiva, 2016;

MEDUJAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: RT, 2004;

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2010;

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2002;

**Assinatura do(a) Professor(a)**

**Coordenador(a) do Curso**

#### **CRONOGRAMA**

<b>Data</b>	<b>Atividades</b>
17/04/2017	Atividade integradora- Recepção dos alunos
02/05/2017	1. Objetivo da disciplina, método e bibliografia. 1.2 Noções de direito administrativo. 1.3 Situação dentro do direito objetivo. 1.4 Origem, evolução histórica e conceito de Direito administrativo. 1.5 Autonomia, objeto e princípios constitucionais do direito administrativo
04/05/2017	1.6. Autonomia, objeto e princípios próprios do direito administrativo.

	<p>1.7.Poderes administrativos.</p> <p>1.8.Interpretação do direito administrativo.</p> <p>1.9.Relações com outros ramos do direito.</p>
11/05/2017	<p>1.10.Fontes do direito administrativo.</p> <p>1.11.Relações jurídicas do direito administrativo.</p> <p>1.12.Relação de administração.</p> <p>1.13.Relação de direitos subjetivos públicos.</p>
18/05/2017	<p>2.1 Estado, governo e administração pública.</p> <p>2.2 Função administrativa do estado.</p> <p>2.3 Organização administrativa brasileira.</p> <p>2.3.1 Órgãos e competências públicas.</p> <p>2.3.2 Descentralização e desconcentração</p>
25/05/2017	<p>2.4 Estrutura administrativa da administração direta e indireta: autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista.</p> <p>2.5 Entes de cooperação com o poder público: organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público, sistema S.</p> <p>2.6 Autotutela e tutela administrativa – hierarquia e competência.</p> <p>2.7 A competência na ordem hierárquica: conceito, critérios para fixação, limites legais e infrações</p>
01/06/2017	Prova Escrita
08/06/2017	<p>3.1. Conceito e noção de interesse público. Interesse público primário e secundário.</p> <p>3.2. Prerrogativas da Administração Pública. Poder de Polícia. Poder Hierárquico. Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Uso e abuso do Poder.</p> <p>3.3. Princípios constitucionais da Administração Pública.</p>
22/06/2017	<p>4.1. Fatos e atos da Administração Pública. Ato administrativo. Conceito e requisitos. Atributos.</p> <p>4.2. Perfeição, validade, eficácia.</p> <p>4.3. Classificação dos atos administrativos. Vinculação e discricionariedade. O mérito do ato administrativo.</p> <p>4.4. Extinção dos atos administrativos. Modalidades.</p> <p>4.5. Revogação e Anulação. Vícios do ato administrativo: ato nulo e anulável. Convalidação. Teoria dos motivos determinantes.</p>
29/06/2017	Revisão para a prova
06/07/2017	Prova Escrita
03/08/2017	<p>5.1. Agentes públicos e sua classificação. Cargo, emprego e função.</p> <p>5.2. Regime Jurídico Constitucional dos Servidores Públicos. Regime Jurídico do Servidor Público. Abrangência das Normas Constitucionais.</p> <p>5.3. Acessibilidade aos cargos públicos. Investidura em cargos e empregos públicos. Investidura originária. Investidura derivada. Nomeação. Posse.</p> <p>5.4. Regime Jurídico Único. Evolução Funcional. Remuneração. Acumulação. Estabilidade. Disponibilidade. Aposentadoria.</p>

	Responsabilidade do Servidor. Sindicalização e Greve.
10/08/2017	6.1. Processo e procedimento administrativo: distinção. Modalidades. Processo administrativo disciplinar. 6.2. Princípios constitucionais do processo administrativo. Princípios da Lei Federal n. 9.784/99. 6.3. Instauração. Instrução. Decisão. Invalidades. Recursos administrativos.
17/08/2017	7.1. Serviço público: conceito, caracteres, classificações e garantias. 7.2. Regime jurídico e princípios aplicáveis. 7.3. Concessões e permissões de serviço público. Natureza jurídica. Extinção da concessão e da permissão de serviço público.
24/08/2017	8.1 conceito e finalidades. 8.2 Competência para legislar. 8.3 Sujeitos á licitação. 8.4 Princípios. 8.5 Contratação direta – dispensa e inexigibilidade. 8.6 Registros de preços. 8.7 Registros cadastrais
31/08/2017	8.8 Modalidades. 8.9 Algumas licitações, entre elas a RDC. 8.10 Comissões de licitação. 8.11 Procedimento. 8.12 Recursos.
01/09/2017	Revisão
04/09/2017	Prova Final